

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Há cerca de três anos, o grupo sueco IKEA anunciou a sua pretensão de construir uma nova área comercial no concelho de Loulé, localizada em terrenos da Reserva Agrícola Nacional. A assembleia municipal de Loulé aprovou, no passado dia 8 de fevereiro, o Plano de Urbanização Caliços-Esteval, abrindo deste modo caminho para a construção da nova área comercial do grupo IKEA em terrenos da Reserva Agrícola Nacional.

A crise económica e financeira que atinge Portugal está a ter consequências dramáticas na destruição do tecido produtivo e de postos de trabalho, atingindo brutalmente a generalidade das micro, pequenas e médias empresas. Os seus impactos fazem-se sentir de forma significativa no pequeno comércio/comércio tradicional. Esta situação é agravada pelo crescimento desenfreado das grandes superfícies comerciais, assim como pela desregulação dos horários comerciais, ameaçando tornar residuais os formatos tradicionais de comércio.

Uma das causas, senão a principal causa estrutural, da difícil situação do comércio tradicional é a liberalização do licenciamento das grandes superfícies comerciais. Desde o início dos anos 90 foram licenciados 4 milhões de metros quadrados de nova área comercial, o que dá um recorde europeu: mais de 400 metros quadrados de superfície comercial por mil habitantes, superior ao rácio existente na Suécia, apesar de este país ter um PIB *per capita* quase 2,5 vezes superior ao português.

A par do crescimento exponencial da área comercial, verificou-se também um poderoso movimento de concentração e um crescente desequilíbrio dos formatos. No sector do comércio não alimentar as cotas de concentração de vendas sobem, com destaque para o subsector dos equipamentos para o lar e materiais de construção, através do IKEA e Leroy Merlin/AKI. Estes níveis de concentração e desequilíbrio entre a grande distribuição e o comércio tradicional são particularmente elevados, mesmo no contexto europeu, continuando a evoluir no sentido monopolista/oligopolista.

O PCP tem defendido a fixação de um quadro legal que garanta o equilíbrio entre os diversos

formatos comerciais, bem como um ordenamento do território e um urbanismo comercial que salvaguardem uma perspetiva integrada e valorizadora do desenvolvimento económico e de proteção do ambiente.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, venho por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o seguinte:

1. Quais os fundamentos para que o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, tenha concordado com o Plano de Urbanização Caliços-Esteval, sabendo que terrenos da Reserva Agrícola Nacional serão utilizados para a instalação de uma grande superfície comercial?
2. Foram consideradas alternativas de localização para o loja que o grupo IKEA pretende instalar em terrenos da Reserva Agrícola Nacional?
3. Considera o Governo compatível com o princípio do correto ordenamento do território a instalação de superfícies comerciais em terrenos da Reserva Agrícola Nacional?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2013

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)